

O esporte de alienar poupanças 13

Barbosa Lima Sobrinho

Estou sinceramente convencido de que há um grupo de pessoas que estão de posse de um carimbo, em que está gravada a palavra *anacronismo*, e que confiam tanto no carimbo, que preferem usá-lo, a abrir margem a discussões. O que é, naturalmente, muito mais simples. E como dispensam a leitura dos jornais, e não costumam recorrer a livros, e nem sei mesmo se já passaram pelo extinto MOBRAL, entendem que lhes basta o carimbo, para resolver controvérsias e decidir problemas. É óbvio que não dão nenhuma importância ao fato de que a Organização das Nações Unidas tenham principiado, em 1945, com 51 associados e que estejam, agora, com 166, por força de campanhas de essência nacionalista, que lhes deu direito à inscrição numa entidade de nações unidas. Basta-lhes o carimbo para eliminar essas 115 nações, que chegaram depois da iniciação da entidade, por força de movimentos que mobilizaram multidões, na conquista da independência de nações, que representavam dois terços do núcleo inicial. Como se vê, a posse do carimbo tem até virtudes de terremoto, no eliminar nações que se consideram vivas, tal a confiança na eficácia do carimbo.

Se nem lêem jornais, como se deter em livros como os do sociólogo austríaco Hans Kohn que, há muito tempo, se vem dedicando ao estudo do nacionalismo por todo o mundo, em monografias que já devem ter completado uma dezena, com uma riqueza de informações que lhe permitiram chegar à de *THE AGE OF NATIONALISM*, publicado em 1962 e traduzido sem demora para o português como *A ERA DO NACIONALISMO*, em que se pode encontrar, como resumo do livro, na página 91, que "o nacionalismo, até então limitado aos países ocidentais, tornou-se, rapidamente, um fenômeno universal, a Era do Nacionalismo do século XIX na Europa, e que passou, quase imperceptivelmente, a ser a Era do Pan-Nacionalismo Global, do século XX". O que explica aqueles 115 novos sócios da Organização das Nações Unidas.

Será que esses dois fatos, o testemunho do maior estudioso do assunto, o sociólogo austríaco, e a inscrição dessas novas entidades na Organização das Nações Unidas, seriam suficientes para eliminar o uso do carimbo por pessoas de olhos vendados, que só invocam, como argumento, a posse desse carimbo que, pelo menos até agora, não parece ter encontrado aquelas virtudes dos raios jupiterianos, com que riscar essas 115 novas entidades da ONU, com as respectivas populações? Muitas das quais inscritas na década de 1970 e 1980, que eu pensaria que teriam todo o direito de se inscrever na seita da Modernidade, que, pelo visto, é demasiadamente voluntariosa para dar esse título a quem quiser, ainda por força dos 35 milhões de votos do sr. Fernando Collor de Mello, já esquecido de que não passou de 21 milhões de votos do primeiro turno, em que definiam as preferências pelos candidatos apresentados.

É verdade que estamos diante de uma Modernidade paradoxal e extravagante, que inclui nela teorias econômicas do século 17 e exclui uma Constituição que ainda está na primeira fase, pois está completando, neste mês, três anos de idade, para atender a conselhos, ou ordens, do Fundo Monetário Internacional, que tem outros argumentos do que o uso do carimbo do anacronismo. Não é raro que ele se utilize de outros carimbos, como o da xenofobia, acreditando que esteja nas mãos de adversários que, evidentemente, pensam cousas muito diferentes e que não hesitariam, uma vez que o Governo não está cuidando de compensações monetárias, tanto que se utiliza de títulos depreciados, porque não entregar, por exemplo, a Usiminas aos que tiveram o mérito de elevá-la a uma das três melhores siderúrgicas do mundo?

Não há, nem pode haver, no caso presente, nenhuma preocupação de xenofobia. A questão fundamental é deixar, dentro do Brasil, os lucros que possam ser obtidos com a exploração da siderúrgica. Não excluindo os estrangeiros radicados no Brasil. A questão não está no título da nacionalidade, mas onde se situa o centro da economia do candidato a acionista da siderúrgica. Qual o destino final do que Paul Baran classifica como *excedente*? Se é o Brasil, muito bem. Se é a Nação americana, ou a japonesa, ou a coreana, surge a questão: então o Brasil gastou seis bilhões de dólares numa aplicação que não vai favorecer, ou apoiar, o seu desenvolvimento econômico? O essencial é conhecer o destino final das poupanças que resultem do trabalho da Usiminas.

Embora o governo atual não dê

importância à poupança, tanto que resolveu confiscá-la. Não conheço nenhum estudo do desenvolvimento econômico que não considere fundamental a sua presença e a sua utilização. O Japão não chegaria a situação em que se encontra se não dispusesse dos índices de poupança que conquistou. E tudo isso graças ao ensinamento de economistas que estudaram o processo da conquista desse desenvolvimento, seja, por exemplo, Samuelson, nos Estados Unidos, ou Celso Furtado, no Brasil. O essencial é conhecer para onde vão os lucros das empresas estabelecidas no Brasil. Se o controle do capital é todo ele de brasileiros, não pode haver dúvida quanto ao destino final de seus lucros. Tudo leva a crer que os seus lucros serão aplicados no Brasil. Mas, se os acionistas são estrangeiros, a resposta exigiria maior exame na sua formulação. Celso Furtado, por exemplo, nos explica, no seu livro intitulado *Teoria política do desenvolvimento econômico*, página 190 da quinta edição, que, no caso de capitais ingleses "invertidos em empresas produtoras de chá, de borracha, ou de metais no Sudeste da Ásia, a renda gerada por essas empresas integra-se em parte na economia local; em parte na economia inglesa. É provável que a parcela correspondente à economia local seja maior". O que depende de diversos fatores, pois que o reinvestimento passa a depender da procura de um lucro maior, no futuro, com a expansão da empresa. Getúlio Vargas encontrara, no Brasil, empresas que recuperavam, em um ano, a totalidade do capital invertido. O que é fundamental é que parte desse capital se integra no capital do país que o controla. São, pois, lucros ingleses, americanos, japoneses e não brasileiros, pelo menos na parte em que remunera o capital invertido. No que não deixa de desfalar a poupança que se destina ao processo do desenvolvimento econômico. Daí o interesse em que o controle do capital seja brasileiro, quando as duas partes se incluem no capital do desenvolvimento econômico do país. Há, pois, um desfalque nesse capital, uma redução que nem sempre se pode calcular pela remessa de lucros, quando há reinvestimentos destinados à obtenção de um lucro maior no futuro. Samuelson, Prêmio Nobel de Economia, confirmaria amplamente as análises de Celso Furtado. Nem é possível o foguetório de aplauso ao capital estrangeiro, antes de examinar o que nos trouxe e o que nos levou em troca. Num estudo em que o nacionalismo se unisse ao patriotismo para chegar às conclusões finais. Pois que, na análise ou no confronto desses dois fluxos, o de entrada e o de saída, é que pode medir a sua utilidade e a sua benemerência.

Por sinal que já estivemos mais perto do Primeiro Mundo quando, na administração do presidente José Sarney, houve quem reivindicasse o sétimo lugar, e não oitavo, em que nos encontrávamos, ao admitir que o nosso Produto Interno Bruto autorizava essa promoção. Com as medidas econômicas correspondentes à equipe da sra. Zélia Cardoso de Melo, inverteu-se a classificação. Agora já se discute se não há risco de passarmos do oitavo para o nono lugar. A possibilidade, com os economistas que dirigem a política do presidente Collor, está mais longe do Primeiro Mundo e mais perto do nono lugar na arrecadação do Produto Interno Bruto. Para se verificar a distância que vai das palavras aos números.

Como vítimas que continuamos a ser daquela política financeira que nos dizia que as dívidas externas não eram feitas para serem pagas. Mas tão-somente para serem *roladas*, o que talvez fosse uma teoria dos inventores do conto do vigário. Tem-se, agora, a impressão de que estamos patinando em areias movediças. O riso vitorioso do presidente Fernando Collor, sempre que vê, por perto, uma máquina fotográfica, não chega a impressionar o Fundo Monetário Internacional, que muda, num momento, o funcionário que desagrade ao presidente e o traz de novo para exercer funções no Brasil, como quem nos deseja demonstrar que devedor não tem direito de reclamar. E já se tem a impressão de que não se trata apenas de trocar uma grande siderúrgica por papéis de valor discutível.

No fundo, é sempre aquele drama do Mercador de Veneza, pagar ou cortar um grande pedaço de carne o mais perto possível do coração. E se o devedor de Veneza ainda tinha a esperança da chegada dos navios que vinham carregados de mercadorias preciosas, o Brasil não encontra outra solução do que a de fazer um voto de pobreza, vendendo as estatais rentáveis, enquanto conserva as que lhe dão prejuízo. Uma solução que o próprio Sherlock invejaria.

* Jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Associação Brasileira de Imprensa.